

## CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

### ATA DA 22<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA BIÊNIO 2023/2024

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quarenta e dois minutos, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova – MG, a Vigésima Segunda Reunião da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, sob a presidência do vereador Wagner Luiz Tavares Gomides, e com a presença dos vereadores Paulo Augusto Malta Moreira e Marilda da Silva. Também estiveram presentes o Assessor Legislativo Edinei dos Santos, a Assessora Legislativa Cássia Niquini Siqueira Viana Chaves, a Assessora Política Carolina Fabião da Silva, o Assessor Jurídico Acácio Mucci Neves e o Agente Administrativo Analista Bruno Siqueira Andrade. Como convidados para discussão de projeto em pauta, estiverem presentes o Sr. Antônio Carlos Martins Brandão (Tonca), Presidente da ACIP/CDL; a Sra. Vanuza Arlindo da Silva Sousa, Coordenadora de Fiscalização de Posturas; o Sr. Cezário José de Araújo, Tenente da 21<sup>a</sup> Companhia da Polícia Militar de Ponte Nova; a Sra. Fernanda de Magalhães Ribeiro, Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação; a Sra. Kátia Jardim de Carvalho Irias, Secretária Municipal de Saúde; o Sr. Daniel dos Santos Pavione, Procurador Municipal; os vereadores José Roberto Lourenço Júnior, Emersânio Pinheiro de Carvalho, José Felipe Santiago Filho, Antônio Carlos Pracatá de Souza e Raimunda da Conceição Gomes, que participou por videoconferência; entre outros convidados que acompanharam a reunião na galeria pública. Iniciando os trabalhos, o Presidente da Comissão passou a palavra para o Sr. Daniel para que ele explanasse sobre as motivações do **Projeto de Lei Complementar nº 4.018/2023**, que altera a Lei Complementar Municipal nº 3.027/2007, que dispõe sobre o Código de posturas, para disciplinar acerca do controle de ruídos e sons. Em seguida, foi passada a palavra para o Sr. Antônio Carlos Martins Brandão, que destacou a importância de se encontrarem soluções jurídicas que possibilitassem o atendimento a todos os afetados pelo projeto. Por sua vez, a Secretária Fernanda abordou a necessidade de revisar a legislação, uma vez que sua atual forma se mostra insuficiente para atender às necessidades dos municípios. Na sequência, a Sra. Vanuza assegurou que não há limitações, por parte do Setor de Posturas do município, de acesso aos locais em que se realiza a fiscalização de sons e ruídos. Ela também aproveitou a oportunidade para explanar sobre os procedimentos adotados para a medição dos sons emitidos e sobre o treinamento que sua equipe realizou para tal aferição. Na sequência, o Sr. Cezário ressaltou a importância de se realizarem reuniões prévias a cada evento de grande porte no município, envolvendo a Polícia Militar, o Setor de Posturas, o Demutran e outros setores relacionados, com o intuito de garantir um planejamento sólido para lidar eficazmente com eventuais problemas provenientes

desses eventos. Na sequência, cada vereador apresentou seus apontamentos e sugestões acerca da matéria e, por fim, o Presidente apresentou os resultados da pesquisa conduzida pela Câmara, a qual visava coletar informações sobre o horário considerado mais apropriado pela população pontenovense para o encerramento de eventos geradores de sons e/ou ruídos no município. Outrossim, ele se comprometeu a construir uma minuta em nome da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, incorporando as propostas discutidas nessa reunião, e a encaminhá-la aos representantes que estavam presentes na ocasião. Nesse sentido, a Comissão deliberou por realizar uma análise mais aprofundada do projeto em discussão antes de emitir seu parecer. Em seguida, passou-se para a leitura de recebimento do **Projeto de Lei do Legislativo nº 14/2023**, que altera a Lei Municipal nº 2.382/1999 para incluir as pessoas com deficiências ocultas no rol de beneficiários da política municipal dos direitos da pessoa com deficiência. Embora esse projeto estivesse para recebimento, a Comissão entendeu que ele se encontra apto para ser discutido e votado em Plenário, sem a necessidade de emendas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Assim, lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

Wagner Luiz Tavares Gomides  
Presidente

Paulo Augusto Malta Moreira  
Secretário

Marilda da Silva  
Membro